

Demonstrações Financeiras

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.

30 de junho de 2026
com Relatório do Auditor Independente

Índice

Relatório da administração.....	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	4
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial.	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

A Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia") é uma instituição financeira enquadrada no segmento S5, optante pelo regime prudencial simplificado, no âmbito da Resolução CMN nº 5.177/24 e nº 4.606/17. Tem por objeto a realização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio.

O grupo entendeu que a inclusão de uma entidade financeira poderia trazer maior valor agregado aos seus clientes, pela redução de custo e utilização sistemática de cobrança simplificada.

Em 03 de março de 2022, a Companhia teve sua aprovação junto ao Banco Central do Brasil para iniciar suas operações como Sociedade de Crédito Direto, no entanto, teve sua primeira operação em 01 de abril de 2022.

Em 27 de fevereiro de 2026, a Companhia deliberou pela alteração de sua denominação social para Sem Parar Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. e pela alteração de seu objeto social, passando a atuar como Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (SCFI), em substituição à sua atual condição de Sociedade de Crédito Direto (SCD).

As referidas alterações estão condicionadas à obtenção de autorização prévia do Banco Central do Brasil ("BACEN"), compreendendo: (i) a mudança da denominação social de Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A. para Sem Parar Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.; e (ii) a alteração do objeto social da Companhia, que deixará de exercer atividades na qualidade de Sociedade de Crédito Direto (SCD) para atuar como Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (SCFI).

A Companhia segue os padrões definidos pelo "BACEN" e pela legislação aplicável às Sociedades Anônimas para divulgação dos seus resultados contábeis. Agradecemos a confiança de todos os nossos clientes e dos nossos colaboradores que não medem esforços para o sucesso da Companhia.

São Paulo, 28 de agosto de 2026.

A Diretoria



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas da

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado,

concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.



Shape the future
with confidence

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Renato Nantes', written over a light blue horizontal line.

Renato Nantes
Contador CRC-1RJ115529/O-7

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.



Balanço patrimonial

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Ativo</u>	<u>Nota Explicativa</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Circulante			
Disponibilidade	4	824.834	279.204
Instrumentos financeiros		367.778	425.931
Ao custo amortizado			
Operação de crédito	5	348.239	337.419
Transações com partes relacionadas – Contas e títulos a receber	20	19.539	88.512
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(192.236)	(173.878)
Ativos não financeiros		37.958	63.982
Imposto a recuperar	7	37.958	29.894
Imposto diferido	7	-	34.088
Outros ativos		111	436
Total do ativo circulante		1.038.445	595.675
Não circulante			
Imposto a recuperar	7	2.502	-
Imposto diferido	7	61.620	26.927
Imobilizado	8	3.251	3.558
Intangível	9	14.637	9.424
Total do ativo não circulante		82.010	39.909
Total do ativo		1.120.455	635.584
Passivo e patrimônio líquido			
	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Ao custo amortizado			
Obrigações fiscais	10	2.960	2.349
Transações com partes relacionadas - Contas a pagar	20	21.867	142.209
Demais Instrumentos financeiros		190	23
Total do passivo circulante		25.017	144.581
Não circulante			
Demandas judiciais	11	738	701
Total do passivo não circulante		738	701
Patrimônio líquido			
Capital social	12.b	1.113.000	513.000
Reserva de capital	12.c	15.602	15.602
Reserva Legal	12.d	2.038	2.038
Prejuízos acumulados	12.e	(35.940)	(40.338)
Total do patrimônio líquido		1.094.700	490.302
Total do passivo e patrimônio líquido		1.120.455	635.584

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.



Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	30/06/2026	30/06/2025
Receitas de intermediação financeira		110.493	78.127
Operação de crédito	13.a	83.426	73.232
Resultado de operações com títulos e valores imobiliários	13.b	37.051	5.789
Despesas financeiras	13.c	(9.984)	(894)
Despesa de intermediação financeira		(114.432)	(107.464)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(114.432)	(107.464)
Resultado bruto da intermediação financeira		(3.939)	(29.337)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais			
Despesa com pessoal	14	(2.650)	(1.982)
Despesa administrativa	15	(65.078)	(2.417)
Despesa tributária	16	(3.920)	(11.656)
Despesa com depreciação e amortização	8 e 9	(1.717)	(22)
Outras receitas operacionais	17	83.947	64.183
		10.582	48.106
Resultado operacional		6.643	18.769
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		6.643	18.769
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Corrente	18	(2.852)	(25.567)
Diferido	18	605	28.257
		(2.247)	2.690
Lucro do semestre		4.396	21.459
Nº de ações		1.075.000.000	300.000.000
Lucro por ação - R\$		0,004	0,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.



Demonstrações do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Resultado líquido do semestre	4.396	21.459
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do semestre	<u>4.396</u>	<u>21.459</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Capital Social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio
Saldo em 31 de dezembro de 2024		300.000	15.602	2.038	39.986	-	357.627
Efeitos da adoção inicial da Resolução BCB no.352/23	12.a	-	-	-	-	(24.745)	(24.745)
Saldos em 1º de janeiro de 2025		300.000	15.602	2.038	39.986	(24.745)	332.883
Lucro do semestre		-	-	-	-	21.459	21.459
Reserva de lucro		-	-	-	(3.284)	3.284	-
Saldo em 30 de junho de 2025		300.000	15.602	2.038	36.702	-	354.342
Aumento de Capital	12.b	213.000	-	-	(38.000)	-	175.000
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	(39.039)	(39.039)
Reserva legal		-	-	-	3.284	(3.284)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		513.000	15.602	2.038	1.986	(42.324)	490.302
Aumento de Capital	12.b	600.000	-	-	-	-	600.000
Lucro do semestre		-	-	-	-	4.396	4.396
Reserva de lucros		-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2026		1.113.000	15.602	2.038	1.986	(37.928)	1.094.700

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.



Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro/Prejuízo líquido do semestre		4.396	21.459
Ajustado por		113.939	110.307
Imposto de Renda e Contribuição Social	18	(2.247)	2.690
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		114.432	107.464
Provisão para contingências	15	37	131
Depreciação	8	405	-
Amortização	9	1.312	22
Lucro líquido ajustado		118.335	131.766
(Aumento)/redução operação de crédito		(106.895)	(123.207)
(Aumento)/redução transações com partes relacionadas		(51.368)	6.204
(Aumento)/redução em ativos fiscais		(11.173)	(28.917)
(Aumento)/redução outros ativos		331	12
Aumento/(redução) obrigações fiscais		3.684	20.364
Aumento/(redução) demais instrumentos financeiros		166	(8.962)
Efeito da adoção inicial da Resolução BCB nº. 352/23		-	(24.745)
Total variação em ativos e passivos		(165.255)	(159.250)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(827)	(16.883)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(47.747)	(44.367)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição imobilizado	8	(98)	-
Aquisição intangível	9	(6.525)	-
(Redução)/aumento líquido de atividades de investimento		(6.623)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aporte de capital	12b.	600.000	-
Caixa líquido gerado proveniente das atividades de financiamentos		600.000	-
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		545.630	(44.367)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	279.204	160.448
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	4	824.834	116.081
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		545.630	(44.367)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia") foi constituída em 16 de julho de 2021 e em 03 de março de 2022 obteve a aprovação do Banco Central do Brasil ("BACEN") para o início das suas operações. A Companhia é uma sociedade de capital fechado cujo controle é exercido pela Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda. ("Sem Parar IP"), e sua sede está localizada na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 7.221 – Pinheiros – São Paulo.

A Companhia iniciou suas atividades em 1º de abril de 2022.

A Companhia é uma instituição financeira "simplificada" no âmbito da Resolução Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 5.177/24, e tem como principal objetivo: a) a realização de operações de empréstimos, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios com utilização de recursos financeiros de origem própria e b) prestação de serviços de análise e cobrança de crédito para terceiros.

O foco de atuação da Companhia é a compra de direitos creditórios e recebíveis de transações de pagamento pós-pago da Sem Parar IP, cuja cessão será realizada sem coobrigação e os títulos de crédito de instrumento vencido não liquidados dentro do prazo, serão caracterizados como empréstimos pessoal.

Em dezembro de 2022, a Companhia iniciou empréstimo para os clientes pessoa jurídica da VB Serviços, Comércio e Administração Ltda, uma empresa do grupo Sem Parar IP.

Em 27 de fevereiro de 2026, a Companhia deliberou pela alteração de sua denominação social Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A. para Sem Parar Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. e pela alteração de seu objeto social, passando a atuar como Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (SCFI), em substituição à sua atual condição de Sociedade de Crédito Direto (SCD). As referidas alterações estão condicionadas à obtenção de autorização prévia do Banco Central do Brasil ("BCB"), não concluída até a presente data.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil ("BACEN") instrução normativa BCB 02/2020 (alterações Resolução BCB nº 367/24), CMN nº 4.818/20 e do Comitê dos Pronunciamentos Contábeis ("CPC") quando aplicável, e partindo do pressuposto de continuidade operacional.

Em 23 de novembro de 2023, o BACEN publicou a Resolução BCB nº 352/23, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, a qual define critérios específicos para reconhecimento, mensuração e provisão de risco de crédito para instrumentos financeiros.

A apresentação destas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda de preparação das demonstrações financeiras, que estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 28 de agosto de 2026, a Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2026.

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



3. Principais práticas contábeis

a) Disponibilidade

São representadas por disponibilidade em moeda nacional e aplicações financeiras de liquidez, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos até a data de encerramento do balanço.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

b) Operação de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, de acordo com as Resoluções CMN 4.966/21 e BCB 352/23. Esses ativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva, líquido da provisão para perdas esperadas de crédito.

A partir de 01 de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.966, conforme o artigo 1º, essa Resolução estabelece os conceitos e os critérios a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

A provisão é realizada utilizando a metodologia simplificada e se enquadra nos critérios estabelecidos para a carteira C5, prevista nas Resoluções CMN 4.966/21 e BCB 352/23.

O processo de cálculo ocorre mensalmente, para fins de contabilização das provisões, avaliando todas as disposições e níveis mínimos de provisão para perdas incorridas e perdas esperadas contidos nas referidas resoluções e acrescido de níveis de provisionamento interno, a fim de garantir compatibilidade com o risco incorrido, correspondendo ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos nos Anexos I e II da Resolução BCB 352/23.

O ativo problemático é caracterizado quando ocorrer o atraso de 90 dias em relação a recuperação de crédito ou quando um instrumento financeiro da mesma contraparte é caracterizado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (arrasto), e o ativo só poderá ser descaracterizado quando houver inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos; pagamento tempestivo de principal e encargos; e cumprimento das demais obrigações contratuais (por período suficiente a 30 dias). A partir de 90 dias de atraso, o reconhecimento de receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito é vedada (*stop accrual*).

Abaixo a tabela com os % utilizados para o cálculo das provisões:

Faixa de atraso	Ativo não problemático	Ativo problemático
1 a 14 dias	1,9%	53,4%
15 a 30 dias	39,4%	53,4%
31 a 60 dias	54,7%	54,7%
61 a 90 dias	65,9%	65,9%
91 a 119 dias	74,1%	74,1%
120 a 149 dias	76,0%	76,0%
150 a 179 dias	82,0%	82,0%
180 a 209 dias	87,3%	87,3%
210 a 239 dias	89,1%	89,1%
240 a 269 dias	93,0%	93,0%
270 a 299 dias	95,1%	95,1%
300 a 329 dias	100,0%	100,0%

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



330 a 359 dias | 100,0% | 100,0%

3. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Operação de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito-Continuação

As operações com atraso superior a 360 dias serão lançadas a prejuízo e controladas em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

A Companhia, em conformidade com a legislação vigente, é optante pelo regime de lucro real para o cálculo e recolhimento do IRPJ e CSLL, com base em sua lucratividade.

A Companhia tem como base apurar o lucro sobre o período e, então, aplicar as alíquotas do IRPJ e da CSLL sobre o valor para calcular o imposto devido.

Os impostos diferidos são constituídos sobre as diferenças temporárias, segundo a legislação tributária, sobre ativos recuperáveis em momento posterior ao presente exercício. As alíquotas aplicáveis na constituição dos impostos diferidos são aquelas esperadas no momento de suas realizações.

▪ Cálculo dos Impostos.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são apurados sob o regime do Lucro real, considerando como base o lucro do semestre:

As contribuições para o PIS/Pasep e a Cofins são apuradas sobre o regime cumulativo, aplicando-se as alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	9%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	3%

Foram consideradas as alíquotas de 25% para o IRPJ (15% IRPJ e 10% sobre o adicional) e 9% para a CSLL.

▪ Mudança na Legislação.

A Reforma Tributária sobre o Consumo foi instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e posteriormente regulamentada pela Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026. A legislação tributária vigente prevê a extinção do PIS e da Cofins e a efetiva cobrança da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) a partir do ano de 2027. No ano-calendário de 2026 iniciam-se os testes de implementação dos novos tributos, dispensando-se seu recolhimento desde que devidamente destacados na nota fiscal (0,9% para CBS e 0,1% para IBS). A transição do ISS e do ICMS ocorrerá de forma gradual até 2033.

3. Principais práticas contábeis--Continuação

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido--Continuação

▪ Mudança na Legislação--Continuação

A Administração vem acompanhando a regulamentação infraconstitucional e iniciou estudos para avaliar os potenciais impactos operacionais, fiscais e financeiros decorrentes da Reforma Tributária sobre o Consumo, incluindo eventuais efeitos sobre carga tributária, sistemas, precificação de serviços e conformidade fiscal. Até a data de encerramento destas demonstrações financeiras, não é possível mensurar de forma confiável os impactos quantitativos da referida reforma sobre as operações da Empresa.

Por fim, em 26 de dezembro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 224/2025, que majorou da alíquota da CSLL aplicável às Instituições de Pagamento e Sociedades de Crédito, com efeitos a partir de 1º de abril de 2026, conforme descrito nesta nota. Nesse sentido, a Sem Parar reavaliou sua base de tributos diferidos, considerando a provável data de realização de cada operação componente do universo de diferenças temporárias e na mensuração de sua base de tributos diferidos, as alíquotas de CSLL aplicáveis de acordo com o enquadramento regulatório vigente na data de encerramento destas demonstrações financeiras. Para a Sem Parar Sociedade de Crédito Direto, não houve alteração de enquadramento até a presente data. Entretanto, a eventual aprovação pelo Banco Central para atuação como financeira, esperada para 2026, poderá impactar as alíquotas aplicáveis e, consequentemente, a mensuração dos tributos diferidos em períodos futuros.

▪ Obrigações Fiscais.

Além dos impostos previstos no regime de Lucro Real, a Companhia cumpriu com todas as obrigações fiscais (principais e acessórias) exigidas pelas autoridades, como a escrituração de documentos fiscais e o cumprimento das obrigações acessórias aplicáveis.

d) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

▪ Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Empresa tenha aplicado o expediente prático, a Empresa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

3. Principais práticas contábeis--Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

▪ Ativos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixas que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e juros" sobre o principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Empresa para administrar ativos financeiros se refere à como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

3. Principais práticas contábeis--Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

▪ Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando existentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- (ii) A Empresa transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Empresa avalia a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito (PCLD) de seus ativos financeiros em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21 e com a Resolução BCB nº 352/23. A mensuração aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, considerando o risco de crédito desde o reconhecimento inicial do ativo. Para os ativos sujeitos a risco de crédito, a provisão é constituída com base na análise do risco de inadimplência, observando critérios prudenciais definidos na regulamentação do Bacen. Para a carteira de recebíveis, que não apresenta componente

3. Principais práticas contábeis--Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

▪ Ativos financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

significativo de financiamento, a Empresa aplica a abordagem simplificada prevista na Resolução BCB 352/23, reconhecendo as perdas esperadas de acordo com a avaliação do risco de crédito, de forma prudencial e adequada à supervisão regulatória. Maiores detalhes da mensuração das perdas esperadas de crédito são apresentados na nota explicativa nº 6.

▪ Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- (i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- (ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação, quando existentes, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Quando existentes, os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

3. Principais práticas contábeis--Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

▪ Passivos financeiros--Continuação

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos com partes relacionadas)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos com partes relacionadas sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. Quando existente, a diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

▪ Apresentação líquida dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

e) Ativos imobilizados

Ativos do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzindo de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativos são as seguintes:

▪ Instalações e equipamentos – 10 a 20 anos

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda.

3. Principais práticas contábeis--Continuação

e) Ativos imobilizados--Continuação

- **Instalações e equipamentos – 10 a 20 anos--Continuação**

Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

f) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A vida útil estimada para período corrente é o seguinte:

- **Software – 5 anos**

O intangível é registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas amortizações acumuladas.

g) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

h) Provisão para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, conclusões de inspeções ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia está sujeita no curso normal dos negócios a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Companhia pode ser adversamente afetada, independente do respectivo resultado.

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



3. Principais práticas contábeis--Continuação

h) Provisão para demandas judiciais--Continuação

Conforme exposto, não é possível garantir que estas autoridades não autuarão a Companhia, nem que estas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais.

i) Demais ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações financeiras, calculados "pro-rata" dia e, quando aplicável, reduzidos para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

j) Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, em seu artigo 34º, determinou a divulgação de maneira segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 30 de junho de 2026 tivemos perda operacional que decorre, substancialmente, da regularização de pendências identificadas no processo de saldos históricos, demonstrado na nota 15.

k) Receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

l) Compartilhamento de custos

A Companhia mantém contrato de compartilhamento de custos com empresa do mesmo grupo econômico, no qual os dispêndios incorridos por entidade centralizadora são rateados entre as partes com base em critérios objetivos que refletem a utilização dos serviços.

Os valores correspondem exclusivamente ao ressarcimento de custos efetivamente incorridos, sem margem, não sendo caracterizados como receita. A Companhia reconhece como despesa apenas a parcela que lhe é atribuível, bem como registra os correspondentes saldos a receber ou a pagar com partes relacionadas.

4. Disponibilidade

	30/06/2026	31/12/2025
Conta corrente	134	453
Aplicação em operações compromissadas (i)	824.700	278.751
Total	824.834	279.204

- (i) Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs que são remunerados a taxas que se aproximam da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (entre 98% e 99%) e aplicações compromissadas - CDI (65% a 90%) e para as quais não existem penalidades nem outra restrição para seu resgate imediato, além do direito de exigir a recompra a qualquer momento.

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



5. Operação de crédito

Em 30 de junho de 2026 as operações de crédito estão representadas conforme descrito abaixo:

a) Composição da carteira por segmento

Setor privado	30/06/2026	31/12/2025
Pessoa física	279.924	248.272
Pessoa jurídica	68.315	89.147
Total	348.239	337.419

b) Composição da carteira por vencimento

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
a vencer	68.438	89.205
vencido até 30 dias	50.780	51.135
vencido de 31 a 60 dias	31.845	21.592
vencido de 61 a 90 dias	23.334	23.952
vencido a mais de 91 dias	173.842	151.535
Total	348.239	337.419

c) Renegociados

Entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2026, registrou-se o recebimento de R\$ 256.347 referentes a renegociações, valor distribuído em 919.217 contratos. Ao final do semestre, o saldo a receber dessas operações totalizava R\$ 10.358.

6. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a) Classificação das operações de crédito por níveis de risco

Nível de Risco	30/06/2026		31/12/2025	
	Total da Carteira	Provisão	Total da Carteira	Provisão
0 - 14 DIAS	100.713	2.569	118.242	2.789
15 - 29 DIAS	18.504	7.558	22.097	8.974
30 - 59 DIAS	31.845	17.419	21.592	11.811
60 - 89 DIAS	23.334	15.377	23.952	15.784
90 - 119 DIAS	24.613	18.238	20.147	14.929
120 - 149 DIAS	29.349	22.305	17.636	13.403
150 - 179 DIAS	26.369	21.622	11.944	9.794
180 - 209 DIAS	19.425	16.958	14.124	12.330
210 - 239 DIAS	17.676	15.750	14.808	13.194
240 - 269 DIAS	17.426	16.207	16.773	15.599
270 - 299 DIAS	15.333	14.582	16.991	16.158
300 - 329 DIAS	11.196	11.195	19.694	19.694
330 - 360 DIAS	12.456	12.456	19.419	19.419
Total	348.239	192.236	337.419	173.878

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



6. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito-- Continuação

b) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Ativo	30/06/2026
Saldo em 31/12/2025	(173.878)
(-) Constituições	(114.223)
(+) Reversões	95.865
Saldo em 30/06/2026	(192.236)
Resultado	
Provisão constituída no semestre	(18.358)
Perda Irreversível (baixa direta de créditos)	(96.074)
Saldo em 30/06/2026	(114.432)

Na data-base de 30 de junho de 2026, o saldo da provisão era o montante de (R\$18.358) (em 31 de dezembro de 2025 era de (R\$173.878)). A Companhia registrou baixas de créditos considerados irrecuperáveis, no montante de (R\$96.074) (em 31 de dezembro de 2025 (R\$176.299)). O ajuste da adoção inicial da Resolução no. 4.966 no montante de (R\$24.745) teve seu impacto registrado diretamente no patrimônio líquido em 1º. de janeiro de 2025. A provisão para perda esperadas associadas ao risco de crédito estão constituídas na quantidade considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos.

7. Ativos fiscais correntes e diferidos

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
IR s/ aplicação financeira	3.913	897
IOF a recuperar	933	94
IRRF a recuperar	1	1
IRPJ diferido (i)	45.309	44.864
CSLL diferido (i)	16.311	16.151
PIS a recuperar (iii)	6.196	5.195
COFINS a recuperar (iii)	26.915	21.205
Outros impostos a recuperar (ii)	2.502	2.502
Total	102.080	90.909
Curto prazo	37.958	63.982
Longo prazo	64.122	26.927
Total	102.080	90.909

- (i) A partir do ano-calendário de 2024, a Companhia passou a apurar o IRPJ e a CSLL com base no regime do Lucro Real, o que permitiu o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, principalmente relacionadas à perda estimada para créditos de liquidação duvidosa. O reconhecimento desses ativos está suportado por estudo de recuperabilidade elaborado conforme a Resolução CMN nº 4.842/2020, com expectativa de realização até o ano-calendário de 2028. Em 30 de junho de 2026 os saldos dos ativos fiscais diferidos são de R\$45.309 para IRPJ e R\$16.311 para CSLL no longo prazo.
- (ii) A rubrica 'Outros impostos a recuperar', no montante de R\$ 2.502, é composta pela atualização monetária de valores relacionados a saldos negativos de tributos, bem como a pagamentos efetuados a maior, nos exercícios de 2023 e 2024.
- (iii) Refere-se, principalmente, a créditos de PIS e COFINS decorrentes do contrato de compartilhamento de custos firmado entre a Sem Parar IP e a Companhia. Adicionalmente, em 2026, foram identificados valores passíveis de recuperação relacionados a pagamentos realizados a maior sobre receitas faturadas e não recebidas.

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



7. Ativos fiscais correntes e diferidos—Continuação

Abaixo a entidade apresenta os saldos esperados de seus ativos fiscais diferidos para cada ano-calendário conforme a natureza da diferença temporária, considerando as realizações e constituições estimadas:

Impostos diferidos	30/06/2026	2026	2027	2028	2029	2030
Ativo						
Perda esperada	35.652	58.671	81.182	104.480	128.593	153.551
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	268	27	53	81	109	139
Prejuízo fiscal	25.700	20.126	2.149	-	-	-
Total do ativo diferido	61.620	78.824	83.384	104.561	128.702	153.690

IRPJ diferido	45.309
CSLL diferido	16.311
Total do ativo diferido	61.620

Impostos diferidos	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Ativo						
Perda esperada	33.894	58.671	81.182	104.480	128.593	153.551
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	194	27	53	81	109	139
Prejuízo fiscal	26.927	20.126	2.149	-	-	-
Total do ativo diferido	61.016	78.824	83.384	104.561	128.702	153.690

IRPJ diferido	44.864
CSLL diferido	16.151
Total do ativo diferido	61.016

8. Imobilizado

a) Composição do imobilizado

30/06/2026				
	Depreciação em anos	Custo Total	Depreciação acumulada	Líquido
Instalações	10 a 20	234	(46)	188
Equipamentos	10	3.914	(851)	3.063
Total		4.148	(897)	3.251

31/12/2025				
	Depreciação em anos	Custo Total	Depreciação acumulada	Líquido
Instalações	10 a 20	215	(4)	211
Equipamentos	10	3.410	(63)	3.347
Total		3.625	(67)	3.558

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**8. Imobilizado--Continuação****b) Movimentação do custo**

	31/12/2025	30/06/2026			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Instalações	215	-	-	19	234
Equipamentos	3.410	98	-	406	3.914
Total	3.625	98	-	425	4.148

	31/12/2024	31/12/2025			
	Saldo inicial	Adições	Baixas		Saldo final
Instalações	-	215	-		215
Equipamentos	-	3.410	-		3.410
Total	-	3.625	-		3.625

c) Movimentação da depreciação

	31/12/2025	30/06/2026			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Instalações	(4)	(22)	-	(19)	(45)
Equipamentos	(63)	(383)	-	(406)	(852)
Total	(67)	(405)	-	(425)	(897)

	31/12/2024	31/12/2025			
	Saldo inicial	Adições	Baixas		Saldo final
Instalações	-	(4)	-		(4)
Equipamentos	-	(63)	-		(63)
Total	-	(67)	-		(67)

9. Intangível**a) Composição do intangível**

		30/06/2026		
	Amortização em anos	Custo Total	Amortização acumulada	Líquido
Softwares	5	16.961	(2.324)	14.637
Total		16.961	(2.324)	14.637

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



9. Intangível--Continuação

31/12/2025				
	Amortização em anos	Custo Total	Amortização acumulada	Líquido
Softwares	5	9.718	(294)	9.424
Total		9.718	(294)	9.424

b) Movimentação do custo

31/12/2025		30/06/2026			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Software	9.718	6.525	-	718	16.961
Total	9.718	6.525	-	718	16.961

31/12/2024		31/12/2025		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Softwares	214	9.504	-	9.718
Total	214	9.504	-	9.718

c) Movimentação da amortização

31/12/2025		30/06/2026			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Software	(294)	(1.312)	-	(718)	(2.324)
Total	(294)	(1.312)	-	(718)	(2.324)

31/12/2024		31/12/2025		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Softwares	(97)	(197)	-	(294)
Total	(97)	(197)	-	(294)

10. Obrigações fiscais correntes

	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de renda e contribuição social	2.025	-
Pis e Cofins	835	2.240
Impostos retidos	100	109
Total	2.960	2.349

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



11. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso de suas operações, envolvendo aspectos cíveis.

	30/06/2026	31/12/2025
Cível	738	701
Total	738	701

	Movimentação	Movimentação
Saldo anterior	701	634
Movimentação da provisão	37	67
30/06/2026	738	701

Em 30 de junho de 2026, existem processos, avaliados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. O valor estimado para as causas cíveis é de R\$43.106 (R\$41.842 em 31 de dezembro de 2025).

12. Patrimônio líquido

a) Efeitos da adoção inicial da Resolução BCB nº.352/23

Em virtude da adoção da Resolução BCB nº 352/23, a Companhia refletiu os efeitos da adoção no exercício de 2025 diretamente em seu patrimônio líquido, reduzindo o montante de R\$24.745 referente a provisão de perdas prováveis de 2024.

b) Capital Social

Em 14 de agosto de 2025 a Companhia decidiu aumentar o capital social no montante de R\$38.000, passando de R\$300.000 para R\$338.000, subscrito pelos acionistas na proporção de sua participação e integralizado, na data, mediante a capitalização da parte da reserva de lucros acumulados, sem emissão de novas ações. Em 18 de dezembro de 2025, a Companhia decidiu aumentar o capital social no montante de R\$175.000 passa de R\$338.000 para R\$513.000, mediante a emissão de 175.000.000 de novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real). Em 19 de dezembro de 2025, através de Ofício do Banco Central do Brasil, foi comunicado a aprovação da alteração do capital da Companhia para R\$513.000. Em dezembro de 2025 o capital da Companhia era de R\$513.000, totalmente subscrito e integralizado dividido em 475.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal cada.

Em 09 de fevereiro de 2026, em Ata de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas, por unanimidade, aprovaram aumentar o capital social da Companhia no montante de R\$600.000, passando de R\$513.000 para R\$1.113.000, mediante a emissão de 600.000.000 (seiscentos milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, as quais são subscritas, em sua totalidade, pela acionista Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda, e serão integralizadas em dinheiro, até 30 dias contados da aprovação do presente aumento de capital pelo Banco Central do Brasil. Em 22 de maio de 2026, conforme ofício do Banco Central do Brasil, foi aprovado a alteração do capital para R\$1.113.000.

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



12. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reserva de capital

Em 30 de junho de 2026, havia o montante de R\$15.602 decorrente do excedente dos investimentos realizados por meio da aquisição de títulos para a integralização do capital, conforme determinado na assembleia geral de constituição da Companhia.

d) Reserva legal

O cálculo da reserva legal é realizado no mês de dezembro conforme definido no Estatuto. Em 30 de junho de 2026 o saldo da reserva legal é de R\$2.038.

e) Prejuízos acumulados

Em 30 de junho de 2026 o saldo de prejuízos acumulados é de (R\$35.940), sendo R\$1.986 reserva de lucros e (R\$37.928) prejuízo acumulado.

13. Receita da intermediação financeira

a) Operação de crédito

Setor privado	30/06/2026	30/06/2025
Operação de crédito – empréstimo	83.426	73.232
Total	83.426	73.232

As operações de crédito são empréstimos adquiridos por meio de cessão de crédito formalizado entre a Companhia e Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda. A Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda comercializa serviços de emissão de instrumentos de pagamento pós-pago (tag), que geram os recebíveis que são repassados para a Sem Parar SCD.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	30/06/2026	30/06/2025
Rendimento de aplicação financeira	38.858	6.164
PIS/COFINS sobre receita financeira	(1.807)	(375)
Total da receita financeira	37.051	5.789

As receitas decorrentes de aplicação financeira de compromissadas em certificados de depósito bancário são apresentadas nas demonstrações financeiras com rendimentos médio anual entre 98% e 99% do Certificado de Depósito Interfinanceiro ("CDI").

c) Despesas financeiras

	30/06/2026	30/06/2025
Desconto concedido	(890)	(870)
Tarifa de processamento (i)	(9.047)	-
Outras despesas	(47)	(24)
Total da despesa financeira	(9.984)	(894)

(i) Tarifa de processamento refere-se à atividade de processamento de pagamentos que compreendem a execução e o registro das operações de baixa e tentativas de baixa de faturas conforme política de compartilhamento de custos.

14. Despesa com Pessoal

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	30/06/2026	30/06/2025
Salário e proventos	(1.839)	(1.326)
Encargos Sociais	(562)	(408)
Benefícios	(249)	(248)
Total	(2.650)	(1.982)

15. Despesa administrativa

	30/06/2026	30/06/2025
Processamento de dados (i)	(7.850)	(1.296)
Serviços técnicos (i)	(17.920)	(945)
Contingências Cível	(37)	(131)
Aluguel (i)	(116)	(27)
Despesas com serviços (i)	(14.064)	-
Manutenção e Reparos – Equipamentos (i)	(70)	-
Despesas de transporte (i)	(2.513)	-
Perda operacional (ii)	(22.508)	-
Outras	-	(18)
Total	(65.078)	(2.417)

- (i) A partir de 2025, passou a ser realizado o rateio das despesas administrativas referentes a atividades compartilhadas com a Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda., mediante o entendimento de que parte dessas despesas está diretamente relacionada às operações da Companhia.
- (ii) A perda operacional de R\$ 22 milhões decorre, substancialmente, da regularização de pendências identificadas no processo de saldos históricos.

16. Despesa tributária

	30/06/2026	30/06/2025
COFINS	(3.405)	(9.577)
PIS	(515)	(2.079)
Total	(3.920)	(11.656)

17. Outras rendas operacionais

	30/06/2026	30/06/2025
Taxa de reproprocessamento e multa (i)	63.671	43.371
Recuperação PIS e COFINS (ii)	9.193	11.405
Outras rendas	11.083	9.407
Total	83.947	64.183

- (i) A taxa de reproprocessamento e multa é referente a cobranças decorrentes do atraso no pagamento das operações de crédito, conforme previsto nos termos e condições aceitos pelo cliente.
- (ii) Recuperação de PIS e Cofins compreende: (a) o reconhecimento de créditos decorrentes do contrato de compartilhamento de custos firmado entre a Sem Parar IP e a Companhia; e (b) a redução da despesa destas contribuições em função da reavaliação da entidade sobre a natureza de parcela de suas receitas, levando ao reproprocessamento da tributação destas rendas sob o regime de receitas financeiras, ao invés do não-cumulativo. Em 2026 identificamos uma oportunidade em pagamentos realizados a maior em receita faturada e não recebida.

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



18. Imposto de Renda e Contribuição Social

Taxa Efetiva – Lucro real	30/06/2026	30/06/2025
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.643	18.771
Alíquota efetiva	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(2.259)	(6.382)
Outras diferenças permanentes líquidas	12	9.072
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(2.247)	2.690
Imposto de renda e contribuição social diferido no resultado	605	28.257
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado	(2.852)	(25.567)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(2.247)	2.690

19. Outros serviços prestados pelos auditores independentes

Informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. contratada para auditoria das demonstrações financeiras da Companhia não prestou no semestre outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e tampouco exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

20. Gestão de risco e instrumentos financeiros

A atividade da Companhia está exposta aos seguintes riscos: risco de mercado, risco de taxa de juros, risco de crédito, risco operacional, risco de liquidez, gerenciamento de capital e conformidade.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado como aplicações financeiras.

Risco de taxa de juros

A Companhia está suscetível a variação decorrente das operações de aplicações financeiras resultante da movimentação das taxas de juros contratadas. A Companhia aplica seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

20. Gestão de risco e instrumentos financeiros--Continuação

Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação.

O cumprimento das normas da Companhia é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna. Os resultados das análises da Auditoria Interna são discutidos com a Administração da unidade de negócios relacionada.

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A Companhia aplicará seus recursos preponderantemente em direitos creditórios elegíveis, dependerá da originação pelas instituições financeiras conveniadas, bem como da solvência dos devedores para distribuição de rendimentos aos acionistas. A originação de direitos creditórios elegíveis bem como a solvência dos devedores, podem ser afetadas por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico e/ou impactos em sua originação, etc. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver o aumento da inadimplência dos direitos creditórios elegíveis e/ou impactos em sua originação, afetando negativamente os resultados da Companhia e/ou provocando perdas patrimoniais.

Gerenciamento de capital

A Companhia possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido por ela. A Companhia mantém patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros ativos da Companhia são registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais, em 30 de junho de 2026, se aproximaram dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI para as aplicações financeiras. No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, na data do vencimento da operação, o que o mercado vem sinalizando por meio das curvas de mercado obtidas por meio do relatório FOCUS do Banco Central do Brasil. Dessa maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo do instrumento financeiro. A Companhia considerou uma deterioração de 25% e 50% para as variáveis de risco.

A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 30 de junho de 2026:

Índice	Risco – 30/06/2026	%	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Base
				Estresse 25%	Estresse 50%	
Ativo – CDI	Decréscimo do índice	14,78	121.910	91.433	60.955	824.834

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



21. Transações com partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em bases contratuais entre a Companhia e com empresas do mesmo grupo econômico.

A Companhia tem um contas a receber dos títulos liquidados referentes a carteira adquirida. A Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda. é a mandatária de cobrança e arrecadação dos títulos cedidos e, ao receber do cliente, é repassado para a Companhia.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresentou os seguintes saldos e manteve as transações com a Sem Parar IP e VB - Serviços, comércio e ADM Ltda.:

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
<u>Ativo circulante</u>		
	<u>19.539</u>	<u>88.512</u>
Contas e títulos a receber		
Sem Parar IP (i)	18.921	62.424
VB - Serviços, comércio e ADM Ltda. (ii)	618	26.089
<u>Passivo circulante</u>		
	<u>21.867</u>	<u>142.209</u>
Valores a pagar operação de crédito		
Sem Parar IP (iii)	12.850	27.988
Service sharing		
Sem Parar IP (iv)	9.017	114.221

(i) Refere-se aos valores a receber das operações de crédito liquidadas;

(ii) Refere-se aos valores a receber de operações de crédito com a VB - Serviços, comércio e ADM Ltda;

(iii) Valores a pagar referentes ao repasse das operações de crédito cedidas pela Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda;

(iv) Valores referentes a repasse de aluguel, folha de pagamento e capex.

Demonstração do Resultado

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Despesa de aluguel (NE15)	(116)	(27)
Despesa com pessoal (i)	(2.650)	(1.982)
	<u>(2.766)</u>	<u>(2.009)</u>

(i) Refere-se a despesa com pessoal correspondente ao rateio de compartilhamento de custo direto (vide NE 14).

22. Limite operacional

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), compatível com os riscos de suas atividades.

A Companhia está enquadrada no segmento S5, optante pelo regime prudencial simplificado, e adota a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) definido na Resolução CMN nº 4.606/17.

Sem Parar Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



23. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes relevantes no contexto das informações contábeis que necessitassem de algum ajuste ou divulgação, desde a data base até a data de autorização para a divulgação e emissão destas demonstrações financeiras.